



RESENHA

UMA VISÃO DO COTIDIANO DO FONOAUDIÓLOGO QUE TRABALHA COM A ESCRITA

Suzana M. Maia *

O trabalho clínico fonoaudiológico da linguagem escrita na cidade de São José dos Campos

Ivana Serigato – Dissertação de Mestrado, PUC-SP
(Depositada em dez./2003; defesa em fev./2004)

São sempre bem-vindos os trabalhos desenvolvidos por fonoaudiólogos a respeito das abordagens de que se utilizam com crianças que apresentam queixas na leitura e escrita. Bem-vindos, porque ainda são escassas as publicações da área, se comparadas com temáticas como voz ou motricidade oral; ao mesmo tempo, muito necessárias, por ser significativo o volume de crianças que apresentam algum tipo de dificuldade na leitura e/ou escrita.

* Psicanalista, graduada em fonoaudiologia, Professora-Titular da PUC-SP.

Poucos são os cursos de extensão e especialização que tratam de concepções de linguagem escrita e seus desdobramentos clínicos, inclusive da estruturação da função terapêutica do fonoaudiólogo no atendimento dessas crianças.

Nesse universo é que se insere a dissertação de Ivana Serigato. Intrigada com o fato de serem inúmeros e diversificados os procedimentos de que o fonoaudiólogo se utiliza na clínica da escrita, resolve dar voz aos próprios profissionais para que relatassem seus fazeres clínicos cotidianos, investigando também o que a literatura mais recente vem publicando sobre o assunto.

Os dados, se não surpreendentes, são contundentes ao explicitarem maneiras através das quais os fonoaudiólogos pesquisados, representantes legítimos da categoria profissional distante dos grandes centros universitários, apropriam-se do conhecimento veiculado em cursos e publicações da área. Vamos a eles.

Os termos usados pelos fonoaudiólogos para qualificar os problemas de leitura e escrita que surgem na clínica são variados, indo de distúrbios de aprendizagem da leitura e escrita, dificuldade de leitura e escrita, queixa de leitura e escrita, até apenas leitura e escrita. Todos, no entanto, têm um significado semelhante, por se referirem a trocas grafêmicas observadas no contexto escolar e/ou familiar, o que significa que a concepção de linguagem escrita adotada é sempre a mesma, passando por questões de codificação de símbolos gráficos, reduzindo a linguagem escrita a processos de aprendizagem formal de um código. Isso traz conseqüências clínicas evidentes, pois o trabalho fonoaudiológico expressa-se pedagogicamente, muitas vezes repetindo os procedimentos escolares de treino em supostas habilidades que não foram suficientemente desenvolvidas. Mesmo quando os profissionais incorporam uma preocupação com a motivação da criança, isso não é suficiente para que se altere a postura ante ela e seus erros, resumindo-se a busca de exercícios que possam interessá-la.

Quanto à avaliação e à terapia fonoaudiológica, os dados mostram que o uso de testes é muito freqüente, uma vez que eles explicam através de uma relação causal ou, no máximo, multicausal, os problemas que a criança apresenta. Entre eles, o Teste da Consciência Fonológica é muito usado, porque, nas palavras de uma depoente: “para ver como ele está, porque se tem uma dificuldade de leitura e escrita, a maioria não tem um nível de consciência fonológica para a idade” (p. 31).

A literatura produzida sobre consciência fonológica salienta a relação entre o desenvolvimento da linguagem oral e da aquisição da escrita, apontando ser necessário que a criança reconheça os fonemas e compreenda que eles podem ser representados graficamente de diversas maneiras, formando novas palavras. Assim, alterações na segmentação da fala podem gerar problemas na aquisição da leitura e da escrita, sendo esta considerada uma transcrição da fala. Mas a literatura aponta também que há controvérsias sobre o uso dessa acepção, tanto na avaliação, como na terapia fonoaudiológica, por acreditarem que há outros aspectos também importantes na aquisição da linguagem escrita. Os dados da dissertação mostram que o fonoaudiólogo, ao relatar seu cotidiano, não incorpora nem as discussões teóricas, nem mesmo a sua experiência clínica, que poderia demonstrar limitações das posturas adotadas. Procura, antes, objetivar suas ações e, quando encontra um caminho que o distinga das ações escolares, adota-o sem questionamentos, não problematizando sua experiência clínica

Já a adoção do Processamento Auditivo Central é um caso à parte no universo pesquisado, tendo sido mencionado por todas as entrevistadas, que dele se utilizam ou pretendem se aprofundar no assunto, ainda que refiram ser o custo dessa avaliação muito alto, e muitos pacientes não podem fazê-la, pois os planos de saúde ainda não cobrem esse serviço. Relatam mesmo que, por vezes, a escola já encaminha a criança indicando que ela tem problemas no processamento auditivo e a própria família espera que o fonoaudiólogo adote esse caminho. Tanta aceitação leva-nos a pensar na penetração que os estudos sobre processamento auditivo tiveram no meio fonoaudiológico, na escola e na família. Por tratar-se de função cognitiva que depende de habilidades e características do sistema nervoso central, centra toda a justificativa do desempenho escolar da criança em uma perspectiva exclusivamente biológica, que afasta o ambiente da criança, representado pela família, e leva a distorções nos resultados; enfim, artigos teóricos e estudos de caso que isentam a escola de qualquer participação nas dificuldades que a criança apresenta. Na literatura, há estudos que acentuam que essa perspectiva não pode ser generalizada, que há necessidade de o fonoaudiólogo examinar os testes que medem essa habilidade, porque a falta de padronização em seu uso impede que se estabeleça uma relação direta entre alterações no processamento auditivo e problemas de escrita. Infelizmente, esses questionamentos

parecem não ter ainda chegado aos fonoaudiólogos que não estão vinculados às universidades ou aos cursos de educação continuada, permitindo-lhes pensar criticamente e se apropriarem de um conhecimento sobre a escrita de modo pessoal.

A dissertação discute ainda o que a fonoaudiologia vem desenvolvendo, principalmente a partir da década de 80, buscando relacionar uma teoria de escrita à clínica fonoaudiológica e aos procedimentos utilizados em terapia que contemplem as necessidades da criança em sua integralidade, auxiliando-a a criar uma outra relação com a escrita, superando a idéia do fracasso. Para isso, abordagens que distinguem o letramento da alfabetização são muito significativas, assim como o recurso a gêneros discursivos variados, que permitam à criança descobrir que a escrita é uma forma de expressão de si-mesma, de organização de experiências e de acesso a inúmeras visões de mundo.

Assim, os dados expressos nesta dissertação podem contribuir para que os autores e pesquisadores da área de fonoaudiologia possam refletir sobre as particularidades do trabalho fonoaudiológico, *não aquele que deveria ser, mas o que é*. Quem sabe, dessa maneira, poderiam envolver a grande maioria dos fonoaudiólogos a pensar sobre a relação que eles próprios estabelecem com o conhecimento da linguagem escrita e as maneiras através das quais se apropriaram e se apropriam dele. Desta maneira, as publicações e os cursos de formação poderiam auxiliar o fonoaudiólogo a cuidar de seus pacientes em uma dimensão terapêutica, abordando cada vez mais concepções de escrita que possam estar em consonância com as práticas clínicas, cuidando para que as singularidades de cada pessoa possam ser reconhecidas.

Por permitir tantas reflexões e descrever um cotidiano que expressa o trabalho fonoaudiológico do dia-a-dia, com suas contradições e especificidades, esta dissertação merece ser lida pelos interessados na área da Fonoaudiologia.

Endereço para correspondência:

Suzana Maia

Rua Califórnia, 64

Brooklin Novo – São Paulo – SP

CEP 04566-000

E-mail: suzimaga@ig.com.br